

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

TERMO DE REFERÊNCIA

MPRJ**CSI****COORDENADORIA DE
SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de brigada de incêndio para execução das atividades de prevenção e combate a princípio de incêndio, controle do pânico e primeiros socorros, com o fornecimento de equipamentos e materiais necessários.



Sumário

1.	DO OBJETIVO	3
2.	DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	3
3.	DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	7
4.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	8
5.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	12
6.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	13
7.	DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	16
8.	DA VISITA TÉCNICA	18
9.	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	18
10.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	19
11.	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	26
16.	DOS PRAZOS	33
17.	DAS PENALIDADES	33
18.	ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA	41
19.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.....	42



1. DO OBJETIVO

1.1. O presente Termo de Referência se destina à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação do serviço contínuo de fornecimento de mão de obra técnica especializada, com dedicação exclusiva de brigada de incêndio, para execução das atividades de prevenção e combate a princípio de incêndio, controle do pânico e primeiros socorros, com o fornecimento de equipamentos e materiais necessários, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações, condições e quantidades definidas neste documento.

1.2. O objeto do presente certame se enquadra na classificação de objeto comum, de acordo com o artigo 6º, inciso XIII da Lei 14.133 de 2021.

1.3. A pretensa contratação será processada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 17 e artigo 29, ambos da Lei nº 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tem o dever de garantir a segurança e a integridade física dos membros e servidores da instituição, bem como dos demais agentes que com ele interajam, de modo duradouro ou transitório, sempre que se utilizem das instalações do Parquet Fluminense, além de assegurar a integridade do patrimônio público.

2.2. No caso em análise no presente Termo de Referência, ao tratar da prestação de serviço de brigada de incêndio para execução das atividades de prevenção e combate a princípio de incêndio, controle do pânico e primeiros socorros, o órgão público responsável pela veiculação das normas técnicas a serem observadas é o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.

2.3. Assim, em observância à legislação aplicável, especialmente ao que consta o Decreto nº



42, de 17 de dezembro de 2018, que regulamenta o decreto-lei nº 247, de 21 de julho de 1975, dispondo sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - COSCIP, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, bem como das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (NBR 14608- Bombeiro Profissional Civil; NBR 14276- Brigada de Incêndio; NBR 15219- Plano de Emergência Contra Incêndio), a Coordenadoria de Segurança e Inteligência, através da Gerência de Brigada de Incêndio, elaborou projeto que contemplasse as exigências normativas, conformando-o à estrutura do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

2.4. Com efeito, a prestação do serviço de brigada de incêndio está integrada a um amplo conjunto de medidas adotadas pelo Ministério Público voltadas à prevenção e repressão de incêndio, controle de pânico, primeiros socorros e abandono de área, tais como a correta sinalização de saídas de emergência e outros dispositivos, aquisição de extintores de incêndio, manutenção dos extintores, manutenção dos dispositivos fixos de combate a incêndio, análise técnicas das instalações ocupadas, aquisição de desfibriladores portáteis, dentre outros.

2.5. A função dos Bombeiros Profissionais Cíveis, em linhas gerais, é atuar na coordenação da evacuação da edificação em caso de incêndio e outros acidentes, na fiscalização interna das instalações e equipamentos de segurança, na fiscalização de situações que possam elevar o risco de incêndio, além de prestação de primeiros socorros a possíveis vítimas de acidentes. Atua-se, portanto, na prevenção, primordialmente, e na repressão de situações de emergência e/ou riscos associado a focos de incêndio.

2.6. Outrossim, a adequada execução das atividades em comento reclama a correta distribuição dos agentes pelas unidades administrativas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, considerando o quantitativo mínimo por localidade, turnos de trabalho, revezamento, coordenação das atividades e os limites de jornada de trabalho da categoria, segundo a legislação aplicável.



2.7. A esse propósito, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro celebrou o Contrato MPRJ n.º 048/2022, cujo objeto é a prestação dos serviços referenciados (SEI 20.22.0001.0053207.2021-03), com vigência inicialmente prevista pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a qual teve seu termo final prorrogado para 07 de maio de 2025, em virtude da celebração do Segundo Termo Aditivo, registrado no bojo do procedimento SEI 20.22.0001.0075464.2023-70.

2.8. Considerando o descumprimento de cláusulas contratuais por parte da então contratada no curso da vigência do citado ajuste, revelou-se imprescindível a realização de contratação emergencial com vistas a assegurar a continuidade das atividades essenciais de brigada de incêndio (Contrato MPRJ n.º 98/2025 - SEI 20.22.0001.0016679.2025-48). O contrato foi celebrado com vigência de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/07/2025 a 30/06/2026.

2.9. Em virtude da natureza contínua, estratégica e de relevante interesse institucional do serviço, mostra-se imperiosa a formalização da contratação regular subsequente à contratação emergencial, assegurando a plena conformidade legal e administrativa na execução das atividades de brigada de incêndio. A adoção dessa medida visa a resguardar a segurança institucional, mitigar riscos operacionais e garantir a manutenção das condições operacionais previstas, observando-se integralmente os dispositivos normativos aplicáveis e os princípios norteadores da administração pública.

2.10. A fixação da vigência contratual inicial no período mencionado se faz necessária, tendo em vista que as atividades executadas por parte da equipe técnica a ser contratada são de natureza contínua e permanente, uma vez que atendem demandas referentes aos imóveis pertencentes à Instituição, e demonstra maior vantajosidade técnica e econômica à Administração.

2.11. No que se refere à vantajosidade técnica, cumpre ressaltar que, a adoção de vigência



contratual de 24 (vinte e quatro) meses está plenamente alinhada ao planejamento institucional, considerando que a execução do serviço de brigada de incêndio demanda estruturação operacional contínua, treinamento recorrente das equipes, distribuição estratégica dos postos nas diversas instalações do Ministério Público e manutenção permanente de equipamentos, insumos e sistemas de comunicação. A dilação temporal permite a amortização dos custos iniciais de mobilização – tais como exames admissionais, uniformização, capacitação e organização logística dos profissionais – além de assegurar estabilidade na prestação de serviço essencial à segurança institucional. A vigência ampliada otimiza a eficiência administrativa, reduz a necessidade de interrupções para novos certames, mitiga riscos de descontinuidade e está em consonância com o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza prazos superiores a 12 meses em contratos contínuos cuja manutenção prolongada apresente ganhos econômicos e operacionais comprovados.

2.12. Quanto à vantajosidade econômica, considerando que o MPRJ não dispõe, em seu quadro permanente, de Bombeiros Profissionais Civis ou técnicos com a qualificação necessária para execução das atividades de prevenção e combate a princípios de incêndio, controle de pânico e primeiros socorros, e diante das demandas contínuas e essenciais relacionadas à segurança das instalações ocupadas e futuras, a adoção de vigência contratual plurianual revela-se plenamente justificada, pelos seguintes fundamentos:

- (a) assegura a continuidade e o nível técnico dos serviços, uma vez que a permanência de profissionais especializados favorece o monitoramento constante das unidades, evitando retrabalhos e custos decorrentes de substituições frequentes de equipes ou de reavaliações de condições já analisadas;
- (b) garante maior eficiência no atendimento às demandas permanentes e imprevisíveis típicas da gestão de segurança institucional, reduzindo a necessidade de contratações emergenciais, que tendem a apresentar custos mais elevados e menor competitividade;



(c) contribui para mitigar riscos financeiros e variações de mercado, pois contratos de maior duração proporcionam maior estabilidade frente a reajustes periódicos, assegurando condições pactuadas mais previsíveis;

(d) confere maior previsibilidade orçamentária e possibilita negociações contratuais mais vantajosas, permitindo planejamento financeiro adequado e promovendo eficiência pela economia de escala na mobilização, capacitação e gestão do efetivo de brigadistas;

(e) reduz custos administrativos e operacionais ao evitar a abertura anual de novos processos licitatórios, diminuindo a sobrecarga de trabalho das equipes envolvidas na elaboração, análise e formalização contratual, além de minimizar riscos de interrupção do serviço.

2.13. Assim, mostra-se tecnicamente necessário que a contratação da empresa especializada para o fornecimento de mão de obra de brigada de incêndio, em regime de dedicação exclusiva, tenha vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

ESPECIFICAÇÃO SUMÁRIA:

3.1. Para fins de características e detalhamento dos objetos constantes no item anterior, prevalecerão as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Termo de Referência.

3.2. A determinação de unidades e quantidades, acompanhadas da memória de cálculo estão contidas no Anexo IV deste Termo de Referência.

3.3. O prazo de vigência do Contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo.

3.4. Nos casos de serviços e fornecimentos contínuos, o prazo de vigência do Contrato poderá



ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as condições previstas no Contrato, e mediante a celebração de termo aditivo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

4.1.1. A contratação de serviços de prevenção e combate a incêndio, pânico e abandono de edificação, executados por brigada de incêndio composta por bombeiros civis, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos, possui natureza essencial, contínua e indivisível, destinada à proteção da vida, da integridade física e da segurança patrimonial.

4.1.2. Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento deve ser promovido sempre que técnica e economicamente viável, de modo a ampliar a competitividade. Entretanto, o mesmo dispositivo permite a contratação em lote único quando comprovada a inviabilidade da divisão em parcelas.

4.1.3. Na presente hipótese, partindo da premissa contida no dispositivo legal acima destacado, o fracionamento do objeto acarretaria riscos à uniformidade e à padronização dos procedimentos operacionais, bem como comprometeria a atuação coordenada e imediata em situações emergenciais, afrontando o princípio da continuidade do serviço público previsto no art. 11, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

4.1.4. Outrossim, poderia resultar em divergências de condutas e dificuldades de coordenação entre equipes, comprometendo a efetividade da pronta resposta em emergências. Além disso, sob o prisma administrativo, haveria aumento da complexidade na fiscalização e na gestão dos contratos, com sobreposição de responsabilidades e maior risco de inadimplemento, em afronta ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que prevê como dever da



Administração a busca pelo resultado mais vantajoso para o interesse público.

4.2. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. A empresa Contratada deverá dar início à execução do objeto contratual em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do termo do contrato.

4.3. DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO

4.3.1. O serviço deverá ser executado nos locais na planilha abaixo, sem prejuízo possibilidade superveniente de remanejamento de postos de Bombeiros Profissionais civis para atender às necessidades do CONTRATANTE, em conformidade com a legislação vigente.

UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO
COMPLEXO SEDE	Av. Marechal Câmara, 350 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Av. Marechal Câmara, 370 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Praça Antenor Fagundes S/Nº - Centro - Rio de Janeiro - RJ
EDIFÍCIO CASTELO	Avenida Nilo Peçanha, 151 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
INSTALAÇÕES DO CIAC	Pedro Alves, 187 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ
ALMOXARIFADO CENTRAL	Rua Amazonas, 107 - São Cristóvão - Rio de Janeiro
EDIFÍCIO BAYVIEW	Avenida General Justo, 375 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
BENFICA	Rua Capitão Félix, 256 - Benfica - Rio de Janeiro - RJ
EDIFÍCIO BANGU	Rua Doze de Fevereiro, 357 - Bangu - Rio de Janeiro - RJ



EDIFICIO ATLANTICA	Av. Franklin Roosevelt, 97 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CRAAI - NITEROI	Rua Coronel Gomes Machado, 197 - Niterói - RJ
CRAAI - SÃO GONÇALO	Rua Dr. Getúlio Vargas, 2670 - Santa Catarina - São Gonçalo - RJ
CRAAI - DUQUE DE CAXIAS	Rua General Dionísio, 764 - Jardim Vinte e Cinco de Agosto - Duque de Caxias - RJ
CRAAI - CAMPOS DOS GOYTACAZES	Rua Antonio Jorge Young, 40 - Parque Conselheiro Thomas Coelho - Campos Goytacazes - RJ
CRAAI - NOVA IGUAÇU	Rua Dr. Mario Guimarães, 1050 - Bairro da Luz - Nova Iguaçu - RJ
CRAAI - PETRÓPOLIS	Rua Treze de maio, 115 - Petrópolis- RJ

4.4. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

4.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer e manter nas instalações do CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, de acordo com as especificações descritas e com as normas técnicas pertinentes, em perfeitas condições de uso, os materiais e equipamentos relacionados no Anexo I, os quais deverão ser entregues à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

4.4.2. Ao término da avença, os materiais e equipamentos a que se refere o item anterior serão devolvidos à contratada nas condições em que se encontrarem.

4.5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

4.5.1. Os materiais e equipamentos descritos no no Anexo I serão recebidos provisoriamente



pelos fiscais do contrato, mediante Termo de Recebimento Provisório, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Artigo 20, inciso I, alínea ‘a’ do Decreto Estadual 48.817)

4.5.2. Os itens acima mencionados serão recebidos definitivamente pelo Gestor do Contrato em até 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação, emitindo, ao término do recebimento, o Termo de Recebimento Definitivo.

4.5.3. No que se refere à prestação dos serviços de brigada de incêndios, o recebimento definitivo será formalizado mediante atesto de aceite das notas fiscais após a análise de conformidade dos serviços prestados e da apresentação da documentação descrita no item “Condições e Prazos de Pagamento” deste Termo de Referência.

4.5.4. À equipe de fiscalização será reservado o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues ou os serviços que forem prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes em relação à descrição contida no presente documento, seus anexos e na proposta da licitante vencedora, devendo ser substituídos integralmente às custas da Contratada.

4.5.5. A presença da fiscalização do MPRJ não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

4.6. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

4.6.1. O recebimento do objeto estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, cabendo à verificação aos representantes da Contratante.

4.6.2. Caso as especificações estejam fora dos padrões estabelecidos neste Termo de



Referência, o objeto será rejeitado pela Comissão de Fiscalização do MPRJ.

4.6.3. A qualidade do serviço executado será avaliada com base nas análises do Índice de Medição de Resultado - IMR constante no Anexo II deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1.1. Exigir-se-á da contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do Contrato, garantia a ser prestada sob quaisquer das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei nº 14.133/21, da ordem de 1% (um por cento) do valor do Contrato, a ser restituída após a execução satisfatória do objeto da contratação.

5.1.2. Nos casos de prestação de garantia pela modalidade seguro- garantia, o prazo para apresentação da respectiva apólice será de 30 (trinta) dias, contados da data de homologação e anterior à assinatura do contrato, conforme exposto no art. 96, §3º da Lei 14.133/21.

5.1.3. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após a sua liberação.

5.1.4. Nos casos em que valores de multas venham a ser descontados da garantia, seu valor original deverá ser recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

5.1.5. Evidencia-se a importância dos Órgãos públicos exigirem garantias para a consecução dos seus contratos a fim de resguardar o erário público e garantir o cumprimento das obrigações pactuadas, além de assegurar à Administração eventual cobertura em razão da incidência de multas contratuais. Ademais, o percentual de 1% (um por cento) de garantia



contratual não promove, por si só, qualquer restrição à competitividade, mostrando-se plenamente razoável.

5.1.6. Além da garantia prevista nesta seção, os itens estarão cobertos pelas demais garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) ou pela forma que o fornecedor ofertar ao mercado em geral, a que for mais benéfica ao contratante.

5.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS OU VEDAÇÃO OU MENÇÃO A PADRONIZAÇÃO DE PRODUTO

5.2.1. Na presente contratação não será adotada nenhuma marca ou modelo como parâmetro.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas impreterivelmente por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a unidade do MPRJ requisitante da contratação poderá convocar o representante da pessoa jurídica para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.1.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.1.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.1.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.1.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



6.1.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.1.12. Ao fiscal administrativo do contrato, além das atribuições previstas na Resolução GPGJ nº 2.453/2022 e nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, competirá especialmente:

6.1.13. Assegurar, ao longo de toda a execução do contrato de aquisição de bens ou prestação de serviços, o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

6.1.14. Receber, conforme o caso, a documentação da empresa para fins de pagamento, encaminhando-a ao gestor, com as notas fiscais assinadas e atestadas e relatório de conformidade.

Gestor do Contrato

6.1.15. Cabe ao gestor do contrato o preparo, coordenação, acompanhamento, conclusão e demais atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem a celebração do contrato, execução do seu objeto e gestão durante sua vigência, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais.

6.1.16. O gestor do contrato verificará se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no edital de licitação ou no instrumento de contrato e seus anexos, especialmente a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na contratação, excetuando-se da verificação aquelas relacionadas à execução do objeto, que



serão de responsabilidade dos fiscais da contratação.

6.1.17. O gestor do contrato instruirá o processo com informações, dados, requerimento e manifestação da contratada, pertinentes à alteração de valores do contrato, em razão de reequilíbrio econômico-financeiro, ou alteração do objeto, para acréscimo ou supressão, com posterior análise fundamentada e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão.

6.1.18. O gestor do contrato controlará o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte dias) corridos demonstrando a vantajosidade para a autoridade competente de prorrogação ou, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório.

6.1.19. O gestor do contrato comunicará à autoridade competente toda e qualquer irregularidade cometidas pela contratada, sejam estas relacionadas às obrigações contratuais sob sua verificação, ou mediante informação dos fiscais do contrato de descumprimento relacionado à execução do objeto e das normas de segurança do trabalho, sugerindo, quando for o caso, a abertura de procedimento para imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência.

6.1.20. O gestor do contrato deverá constituir relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, na forma da alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133 de 2021.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. A qualificação técnica da contratante interessada deverá ser comprovada através de:



7.1.1. Prova do Registro da contratante e de seus respectivos técnicos no CREA ou CAU, habilitando-a aos serviços objeto da contratação.

7.1.2. O licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a celebração de contrato único cujo objeto seja a prestação de serviços de brigada de incêndio, abrangendo atividades de prevenção e combate a incêndio, bem como de primeiros socorros, com duração mínima de 12 (doze) meses. O referido contrato deverá comprovar o emprego de efetivo equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do efetivo previsto no presente Termo de Referência, sendo vedada a soma de quantitativos provenientes de contratos distintos para alcançar o percentual exigido. A comprovação da capacidade técnica poderá ser realizada por meio de contratos já executados ou em execução, desde que tenham sido celebrados por período não inferior a 12 (doze) meses.

7.1.3. A exigência visa assegurar a qualidade, regularidade e continuidade da execução contratual, considerando que o objeto demanda gestão operacional unificada, mobilização contínua de pessoal e supervisão técnica centralizada, razão pela qual a comprovação de experiência deverá demonstrar a execução contínua de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo total de postos previstos, parâmetro considerado proporcional e suficiente para evidenciar a capacidade operacional mínima necessária ao adequado desempenho do serviço.

7.1.4. Comprovação de que a contratante está devidamente habilitada junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, CBMERJ, apta a atuar como EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE BOMBEIRO CIVIL, conforme dispõe os artigos 35 e 36 do Decreto Estadual nº 42 de 17 de dezembro de 2018, e em conformidade com a Nota Técnica 1-01 - Parte 1.

7.1.5. Declaração da contratante, sob as penas da lei, de que efetuou visita ao local dos



serviços ou de que, embora não tenha feito, assume a responsabilidade de não fazer qualquer questionamento sobre as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da contratação.

7.1.6. Declaração da contratante de que possui capacidade operacional com os serviços pretendidos, particularmente no que diz respeito à disponibilidade de instalações e do aparelhamento, bem como do pessoal de apoio técnico.

8. DA VISITA TÉCNICA

8.1. As pessoas jurídicas que pretendam participar da contratação poderão visitar os locais de execução dos serviços, sendo certo que o não comparecimento implicará na impossibilidade de fazer qualquer questionamento sobre as condições para o cumprimento das obrigações do objeto da contratação.

8.2. A visita deverá ser realizada por representante da contratante, de posse de autorização, por escrito, documento de identificação pessoal e deverá ser realizado o preenchimento do Anexo V - Declaração de Vistoria Técnica.

8.3. As visitas deverão ser agendadas antecipadamente com a equipe técnica da BRIGADA DE INCÊNDIO, pelo e-mail csi.brigada@mprj.mp.br ou telefone (21) 2222-5163. No ato de agendamento, a empresa deverá informar o nome do seu representante que realizará a visita.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



9.3. Notificar a empresa contratada, por escrito, acerca de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, através do servidor especialmente designado;

9.5. Efetuar o pagamento à empresa contratada no valor correspondente ao serviço contratado, no prazo e forma estabelecidos na Ordem de Execução de Serviço, no Contrato e neste Termo de Referência, desde que sejam observadas as condições contratuais, reservando-se ao direito de recusar-se a atestar Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, o material não estiver de acordo com a descrição apresentada e aceita;

9.6. Aplicar as sanções, conforme previsto no contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes do na Ordem de Execução de Serviço, no Contrato e neste Termo de Referência, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do serviço;

10.2. Executar o serviço contratado, conforme especificado e dentro do prazo estabelecido do Termo de Referência;

10.3. Responsabilizar-se por todo o transporte do equipamento e deslocamentos necessários à execução do serviço;

10.4. Reportar ao contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução do serviço;

10.5. Responder, por escrito, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica, pertinentes à prestação do serviço, que eventualmente



venham a ser solicitados pelo contratante, nas hipóteses em que não houver prazo específico previsto no presente Termo de Referência;

10.6. Colocar à disposição do Ministério Público todos os meios necessários à comprovação da qualidade do serviço, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o especificado no Termo de Referência;

10.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, qualquer responsabilidade que lhe for atribuída para outras entidades;

10.8. Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;

10.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto do Termo de Referência;

10.10. Utilizar, na execução do objeto do contrato, somente pessoal em situação trabalhista, previdenciária e securitária regulares, bem como de boa conduta profissional, quando nas instalações do contratante;

10.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.12. Responsabilizar-se civilmente pelos danos causados diretamente à Administração, a terceiros ou a seus próprios funcionários, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

10.13. Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas e danos ou indenizações oriundas de danos causados pela empresa contratada serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade



solidária por parte do contratante;

10.14. No caso em que a empresa contratada venha, como resultado das suas operações, danificar áreas públicas ou de terceiros, ela as deverá recuperar, deixando-as em conformidade com o seu estado original;

10.15. Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, indicar formalmente seu preposto e manter o contratante informado quanto a eventuais alterações;

10.16. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, após a notificação formal do contratante;

10.17. Efetuar a contratação de pessoal habilitado para a execução dos serviços decorrentes deste instrumento, gerenciar a equipe e assumir todas as obrigações e ônus de empregadora, como o pagamento da remuneração e das contribuições exigidas pela previdência social, do seguro contra acidentes de trabalho e demais encargos trabalhistas;

10.18. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

10.19. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

10.20. A CONTRATADA deverá fornecer, na fase de habilitação da contratação, prova de registro da empresa e dos seus responsáveis técnicos junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da unidade da Federação em que for sediada;

10.21. A CONTRATADA deverá garantir que durante toda a vigência do contrato sejam



mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.22. Durante a execução dos serviços, havendo qualquer dúvida quanto aos padrões ou técnicas, a CONTRATADA deverá consultar o Órgão fiscalizador;

10.23. Fornecer aos seus funcionários todas as ferramentas, instrumentos, equipamentos e materiais de consumo necessários à prestação dos serviços;

10.24. Cumprir rigorosamente todas as disposições das Normas Regulamentadoras, promovendo medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os EPIs necessários e compatíveis com as funções por eles desenvolvidas, fiscalizando seu uso obrigatório e exigindo-lhes que cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

10.25. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas, bens de terceiros ou a estrutura da edificação;

10.26. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência;

10.27. Indenizar o CONTRATANTE pelos danos que eventualmente venham a ser causados ao pessoal, bens e/ou instalações, em consequência de ato e/ou omissões decorrentes da execução dos serviços, sendo descontado o montante da indenização das faturas que a CONTRATADA vier apresentar;

10.28. Tomar os devidos cuidados para não danificar as instalações do CONTRATANTE em pleno desenvolvimento de suas atividades;

10.29. Observar as orientações do Órgão fiscalizador, na execução dos serviços contratados;



- 10.30. Informar ao CONTRATANTE o nome de seu preposto com poderes para dirimir as questões contratuais;
- 10.31. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato;
- 10.32. Manter seu pessoal orientado com relação a todo o funcionamento dos edifícios do CONTRATANTE, principalmente no que diz respeito aos elevadores, bombas, parte elétrica e hidráulica, dentre outros;
- 10.33. Observar as exigências do CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários de turnos, rondas, bem como proceder à imediata correção das deficiências alinhadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados;
- 10.34. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade, efetuando a devida ocorrência, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao seu esclarecimento;
- 10.35. Exigir de todos os seus funcionários apresentação pessoal de forma condizente com o ambiente de trabalho;
- 10.36. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço, necessidade do funcionário de ausentar-se do serviço e demissão de empregados, efetuando a reposição de mão-de-obra em caráter imediato, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho, dobra, pelo funcionário que aguarda sua rendição, resguardando as excepcionalidades em que a empresa justificar ao Órgão fiscalizador a impossibilidade de prover funcionário para efetuar a rendição;
- 10.37. Substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta forem

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

julgados insatisfatórios e/ou prejudiciais ao CONTRATANTE, vedado seu retorno às dependências do CONTRATANTE para a cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros Bombeiros Profissionais Civis;

10.38. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

10.39. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.40. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

10.41. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.42. Assumir as responsabilidades por todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciárias de seus funcionários, não se estabelecendo qualquer relação de emprego entre estes e o CONTRATANTE;

10.43. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na legislação pertinente;

10.44. Disponibilizar aos empregados que prestam serviços nas dependências do CONTRATANTE, armários individuais para guarda de seus pertences, na época em que for



indicado o local;

10.45. Observar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;

10.46. Substituir, sempre que necessário, os materiais de consumo discriminados e os permanentes em caso de dano por desgaste natural ou sinistro. A substituição deverá ser efetivada em até 10 (dez) dias úteis, salvo hipóteses especiais que justifiquem a entrega em prazo superior;

10.47. Fiscalizar para que seus funcionários não executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviço ao CONTRATANTE;

10.48. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências do CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios, em caso de paralisação dos transportes coletivos;

10.49. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, por escrito, do CONTRATANTE;

10.50. Efetuar, de forma programada e conforme orientações do Órgão fiscalizador, simulações e treinamento de prevenção e combate a incêndio, controle do pânico e primeiros socorros, envolvendo os usuários permanentes das edificações do CONTRATANTE e prestadores de serviços, transitórios ou permanentes, nas instalações do CONTRATANTE;

10.51. Entregar, mensalmente e com antecedências de até 05 (cinco) dias úteis, ao CONTRATANTE escala de trabalho dos empregados, de modo a facilitar a fiscalização do contrato, sendo que a escala de férias deverá ser apresentada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

10.52. Assegurar o pagamento do seguro de vida em grupo do Bombeiro Profissional Civil,



nos termos da Lei 11.901/2009, sendo este benefício considerado nos custos indiretos da contratação;

10.53. Apresentar ao Órgão fiscalizador os relatórios de atividades previstos no presente Termo de Referência; Cumprir as diretrizes acordadas na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, vigente da classe profissional;

10.54. Comprovar a regularidade do pagamento da anuidade junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA do Estado em que for sediada, quando da assinatura do contrato;

10.55. A contratada obriga-se a dar ciência, esclarecer o conteúdo, orientar a atuação e obter o consentimento formal dos seus empregados e/ou contratados, que atuem direta e indiretamente na execução dos serviços e/ou atividades objeto deste contrato, mediante a subscrição do Anexo III (Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo), devidamente preenchido;

10.56. A subscrição do Anexo III (Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo), assim como a sua entrega ao Órgão Fiscalizador do Contratante, deverá ocorrer antes do início do efetivo exercício das atividades por cada signatário vinculado à contratada.

10.57. A Contratada deverá cumprir integralmente as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e beneficiários reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, bem como a obrigação de contratação de aprendizes prevista no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 10.097/2000, observados os percentuais mínimos legais, em conformidade com o art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021, constituindo seu eventual descumprimento motivo para aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual, nos termos do art. 137, IX, do mesmo diploma.

10.58. A Contratada deverá observar a política de reserva de vagas destinadas a



mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, conforme estabelecido na Resolução CNMP nº 264/2023 e nas Resoluções GPGJ nº 2.037/2016 e Resolução GPGJ nº 2.054/2016, adotando as providências necessárias ao seu cumprimento e mantendo a documentação comprobatória à disposição da fiscalização contratual, nos termos da legislação aplicável.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA.

11.1.1. A pretensa contratação será processada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, de acordo com o art. 17, § 2º, e art. 29, ambos da Lei nº 14.133/2021.

11.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

11.1.3. O objeto terá por regime de execução a empreitada por preço unitário.

11.1.4. O modo de disputa será aberto e fechado, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos.

11.2. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

11.2.1. Considerando a natureza comum do objeto, consistente na prestação de serviços de brigada de incêndio, caracterizado por atividades padronizadas, de baixa complexidade técnica e amplamente ofertadas no mercado, verifica-se que a execução contratual não demanda a conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras de múltiplas empresas, tampouco envolve grau de vulto ou especialização que justifique a formação de consórcio.

11.2.2. Ademais, a vedação à participação de empresas em consórcio mostra-se medida adequada à preservação da competitividade e à simplificação da gestão e da fiscalização contratual, reduzindo riscos operacionais e eventuais dificuldades na responsabilização das contratadas.

11.2.3. Diante do exposto, não será admitida a participação de empresas em consórcio no



presente certame, restando prejudicada a aplicação do disposto no §1º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 quanto à fixação de percentual de acréscimo para fins de habilitação econômico-financeira.

11.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste contrato.

11.4. COTA EXCLUSIVA E COTA RESERVADA DA LEI COMPLEMENTAR 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

11.4.1. Não será admitida a cota exclusiva e reservada de ME e EPP, na forma do parágrafo 1º, inciso I do artigo 4º da Lei 14.133/21.

12. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

12.1.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

12.2. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.2.1. As propostas deverão ser apresentadas na forma da Planilha Orçamentária constante no Anexo VII.

12.2.2. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, hospedagem, alimentação, taxas, impostos, licenças, encargos sociais ou outras que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

12.2.3. Para a confecção das propostas, deverão ser levadas em consideração as despesas com material de consumo, equipamentos, ferramentas, EPIs e quaisquer outros materiais necessários para a realização do



objeto do contrato, não inclusos no Anexo.

12.3. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.3.1. Os critérios de desempate serão aqueles enumerados no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

13. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado mensalmente e o valor será correspondente aos serviços efetuados no curso do mês de referência.

13.2. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40.

13.3. A não apresentação ou apresentação de quaisquer documentos com a validade expirada implicará na suspensão do pagamento da fatura, até que sejam providenciados os documentos solicitados.

13.4. Caso o MPRJ venha a solicitar outros documentos para atendimento dos encargos e das obrigações da CONTRATADA, até que seja suprida a exigência, não será efetuado o pagamento à CONTRATADA.

13.5. O pagamento ocorrerá até 30 dias corridos após a apresentação da Fatura ou Nota Fiscal e demais documentos pela CONTRATADA, mediante apresentação pela CONTRATADA, que deverá encaminhar a fatura, acompanhada da documentação, por e-mail ao Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, através do endereço eletrônico csi.brigada@mprj.mp.br.

13.6. São documentos necessários à instrução do processo de pagamento:

13.6.1. Requerimento formal de pagamento mencionando o número do contrato, o mês da prestação dos serviços, a descrição dos serviços prestados e o valor total;

13.6.2. Notas fiscais dos serviços prestados por município;

13.6.3. Planilha de Controle Mensal de Funcionários Terceirizados;



13.6.4. Declaração de Pagamento de Vale transporte e Vale Alimentação;

13.6.5. Nota de empenho;

13.6.6. Folha de pagamento contemplando os colaboradores que prestaram serviço ao MPRJ no mês objeto de cobrança;

13.6.7. Carta explicativa contendo a relação dos funcionários que foram demitidos e por esse motivo não constam na folha de pagamento, quando houver demissão de funcionário;

13.6.8. Comprovação de recolhimento do Aviso prévio, Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, Termo de Homologação de Rescisão de Contrato de Trabalho, Comprovante de pagamento da Rescisão do Contrato de Trabalho, Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento de FGTS Rescisório, Guia de recolhimento Rescisório do FGTS e Comprovante de pagamento (GRRF - Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS), nas hipóteses de demissão de funcionário.

13.6.9. Relatórios extraídos do SEFIP, contendo:

- a) Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP - Tomador;
- b) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e às outras entidades e fundos por FPAS - Empresa;
- c) Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP - Empresa;
- d) Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP - Resumo do Fechamento - Empresa - FGTS.
- e) Comprovante de envio do arquivo SEFIP denominado “Protocolo de envio de arquivos - Conectividade Social”,
- f) Caso a SEFIP tenha sido retificada, os relatórios encaminhados



deverão guardar paridade com o último arquivo enviado via Conectividade Social, ou seja, já deverão ser encaminhados os relatórios retificados.

13.6.10. GPS - Guia de Pagamento à Previdência Social, devidamente autenticada ou acompanhada de protocolo de pagamento emitido por instituição financeira, a qual deverá guardar paridade com os relatórios acima indicados. Considerando que a obrigação previdenciária pode ser paga até o dia 20 (vinte), a GPS poderá ser encaminhada no processo de pagamento do mês a que se refere à cobrança ou no processo de pagamento do mês subsequente. Contudo, nestes casos, o pagamento da próxima fatura ficará condicionado à apresentação da guia em comento.

13.6.11. GRF - Guia de Recolhimento do FGTS, devidamente autenticada ou acompanhada de protocolo de pagamento emitido por instituição financeira, a qual deverá guardar paridade com os relatórios acima indicados. Considerando que a obrigação fundiária pode ser paga até o dia 07 (sete), a GRF poderá ser encaminhada no processo de pagamento do mês a que se refere a cobrança ou no processo de pagamento do mês subsequente. Contudo, nestes casos, o pagamento da próxima fatura ficará condicionado à apresentação da guia em comento.

13.6.12. Certidões negativas de débito e regularidade a seguir relacionadas:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Estaduais e Municipais, quando a empresa for contribuinte;



- c) Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- e) Comprovante de pagamento de seguro de vida em grupo do Bombeiro Profissional Civil, nos termos das Lei 11.901/2009.

13.6.13. A falta dos documentos relacionados neste item sobrestará todos os procedimentos para o pagamento, até que sejam providenciados.

13.6.14. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura/nota fiscal ou documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará no consequente atraso da liquidação da obrigação do CONTRATANTE.

13.6.15. As formas de pagamento são as usuais do Estado, por intermédio do processo de fatura, em conformidade com a Lei nº 287/79 e Decreto nº 16.661/91, mediante crédito em conta corrente, dando-se como liquidada a obrigação após o efetivo crédito da CONTRATADA.

13.6.16. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação obrigação financeira imposta à CONTRATADA em virtude de penalidade ou inadimplência.

13.7. Da retenção do Imposto de Renda:

13.7.1. De acordo com o aviso veiculado pela Secretaria-Geral do Ministério Público no dia 21/09/2023, as empresas contratadas pelo MPRJ deverão ser formalmente cientificadas acerca das novas regras estabelecidas através da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 2.145/2023, que determina a retenção de Imposto de Renda na fonte de pagamentos relativos a fornecimentos de bens e prestações de serviço em geral.

13.7.2. A esse propósito, foram exaradas as seguintes orientações:

“A alíquota a ser adotada na retenção será aquela prevista na referida IN n.º 1234/2012. As empresas deverão destacar, no corpo do



MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

documento fiscal, o IR calculado com a utilização da alíquota prevista na referida Instrução Normativa.

Não foi estendido para os estados e municípios a obrigatoriedade de retenção do PIS, COFINS e CSSL, que também é prevista na IN 1234/2012. A mudança afeta apenas a retenção do IR, já que o Estado do Rio de Janeiro não celebrou convênio com a União, conforme previsto no art. 33 da Lei 10.833/2003.

As demais retenções (INSS e ISS), quando devidas, devem continuar a ser destacadas no documento de cobrança normalmente.

A retenção do IR passou a incidir sobre todos os fornecimentos de bens e prestações de serviço. Apenas estão isentos da aplicação da retenção as empresas enquadradas no Simples Nacional e nas demais hipóteses de imunidade e isenção, previstas no art. 4º da IN 1234/2012.

As empresas imunes e isentas devem informar esta condição no corpo do documento de cobrança, apresentando (1) a respectiva fundamentação, (2) a indicação do inciso do art. 4º da IN 1234/2012 no qual se enquadra e (3), caso necessária, a documentação pertinente.”

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. A estimativa do valor da contratação foi estabelecida em documento apartado, após empreendida a devida pesquisa mercadológica.

15. SUSTENTABILIDADE



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

15.1. No que couber, a Contratada deverá atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Portaria SGMP n.º 308, de 25 de junho de 2019.

16. DOS PRAZOS

16.1. Os prazos para cumprimento das obrigações previstas no presente Termo de Referência serão regidos pelas disposições a seguir, ressalvadas as questões afetas ao regime de penalidades, que contam com disciplina própria.

Dos prazos em geral:

- a) Os prazos serão contados em dias úteis e terão como termo inicial o primeiro dia útil seguinte à confirmação de recebimento de notificação, em sentido amplo, efetuada pelo contratante.
- b) Caso a empresa contratada não confirme o recebimento da notificação, o prazo terá início 02 (dois) dias úteis após o envio da notificação promovida pelo contratante.

17. DAS PENALIDADES

17.1. O regime de penalidades decorrentes da inadequada execução do contrato observará a disciplina abaixo delineada, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, nos termos do artigo 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021 e outras sanções previstas na lei civil.

17.2. Serão consideradas infrações administrativas as descritas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa de licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa durante o certame ou execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.3. A prática das condutas anteriormente mencionadas sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades descritas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I - advertência;

II - multa;



17.4. A disciplina de aplicação das penalidades seguirá o regime jurídico disciplinado nos parágrafos do supracitado dispositivo e a espécie de penalidade aplicada será definida por órgão próprio do Ministério Público.

17.5. No que tange à pena de natureza pecuniária, considerando sua repercussão sobre o patrimônio da CONTRATADA, deverá ser observado o seguinte regime:

a) Multa

A pena de multa será aplicada em decorrência da mora da CONTRATADA no adimplemento de obrigação contratualmente prevista, bem como nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato.

b) Multa moratória

Multa de mora no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado na entrega do objeto, calculada sobre o valor global atualizado do contrato, a partir do primeiro até o vigésimo dia útil de atraso.

c) Multa por inexecução parcial ou total

i. Decorrido o prazo máximo considerado como mora no cumprimento da obrigação - 20 (vinte) dias úteis, o contrato será considerado não executado, podendo a inexecução ser parcial ou total.



- ii. A caracterização da inexecução do contrato não será precedida, necessariamente, de mora da CONTRATADA, podendo ser constatada imediatamente após a conduta infratora, a depender da gravidade e repercussão sobre o objeto do contrato.
- iii. A inexecução será considerada total quando a parcela do contrato não adimplida inviabilizar sua conclusão, e parcial quando, diante das condições do caso concreto, for possível prosseguir na execução do ajuste mediante aplicação de penalidade menos gravosa.
- iv. A comissão de contratação deverá elaborar informação circunstanciada dos fatos ocorridos de modo a oferecer subsídios ao órgão competente para determinar a natureza da inexecução.
- v. A multa por inexecução total do contrato será correspondente ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do ajuste ou do empenho. Por seu turno, a multa por inexecução parcial do contrato será graduada conforme a gravidade da infração, aplicando-se os parâmetros estabelecidos nas Tabelas 1 e 2, até o limite de 30% (trinta por cento) estabelecido no §3º do Art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- vi. A aplicação de sanção de multa pode ser aplicada isolada ou conjuntamente com as demais penalidades previstas, nos termos do artigo 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
- vii. A sanção pecuniária poderá ser reduzida equitativamente pela autoridade administrativa competente caso revele-se desproporcional no caso concreto, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- viii. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA. Se, porém, a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente, nos termos §8º do artigo 156 da Lei 14.133/2021.
- ix. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o montante será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



17.6. O Fiscal do contrato deverá elaborar informação circunstanciada dos fatos ocorridos de modo a oferecer subsídios ao órgão competente para determinar a natureza da inexecução.

TABELA 1

Grau	Correspondência
1	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

Ocorrência	Descrição	Grau	Hipóteses de incidência
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1	Por empregado e por ocorrência.
2	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do fiscal.	1	Por item e por ocorrência.



3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ocorrência.
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	3	Por ocorrência.
5	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	3	Por empregado e por dia.
6	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE.	4	Por dia e por posto.
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência.
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência.
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e posto.
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	5	Por ocorrência.

**Para os itens a seguir, DEIXAR DE:**

Ocorrência	Descrição	Grau	Hipóteses de incidência
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por funcionário e por dia.
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	2	Por ocorrência
13	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço.	1	Por funcionário e por dia.
14	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	3	Por item e por ocorrência.
15	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no contrato.	1	Por empregado e por dia de atraso.
16	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços, após decorrido o prazo estipulado no Termo de Referência.	1	Por ocorrência e por dia.
17	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por empregado.



18	Manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por item e por ocorrência.
19	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	1	Por dia de ocorrência e por posto
20	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no Termo de Referência.	1	Por empregado e por dia de atraso.
21	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por empregado e ocorrência.
22	Efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avançadas	5	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios
23	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso, etc.).	4	Por ocorrência.
24	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia.
25	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.	2	Por item e por dia de indisponibilidade.



26	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados.	2	Por empregado e por dia de indisponibilidade do EPI.
27	Impor penalidades, em no máximo 15 dias da ocorrência, aos empregados que se negarem a utilizar EPIs	2	Por empregado e por ocorrência.
28	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora	3	Por item e por ocorrência.
29	Substituir os equipamentos que apresentarem deferitos e;ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da CONTRATANTE.	2	Por equipamento e dia de atraso
30	Atender à política de sustentabilidade do MPRJ (principalmente no que se refere à separação de resíduos, reciclagem e economia de água e energia).	3	Por ocorrência apontada.
31	Atender normas do Ministério do Trabalho sobre saúde, higiene e segurança do trabalho.	5	Por ocorrência apontada.

18. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

18.1. A execução do objeto poderá implicar tratamento de dados pessoais, ainda que de forma acessória à atividade principal, considerando a necessidade de coleta, registro, organização, armazenamento e eventual compartilhamento de informações relacionadas à identificação de profissionais alocados na execução contratual, bem como registro de



ocorrências decorrentes da prestação do serviço.

18.2. Nos termos do art. 5º, incisos VI e VII, da Lei nº 13.709/2018, o MPRJ atuará na condição de Controlador, por definir as finalidades e os meios do tratamento dos dados pessoais necessários à execução contratual, cabendo à empresa contratada a condição de Operadora, realizando o tratamento em nome e conforme as diretrizes estabelecidas pelo órgão.

18.3. Não se caracteriza, em princípio, hipótese de controladoria conjunta ou de transferência internacional de dados, salvo se houver previsão contratual específica ou utilização de infraestrutura tecnológica que implique armazenamento ou processamento de dados fora do território nacional, hipótese em que deverão ser observadas as disposições aplicáveis da Lei nº 13.709/2018.

18.4. A futura contratação deverá observar integralmente o modelo de cláusulas de proteção de dados dispostas no ANEXO VIII deste Termo de Referência, vinculando-se a contratada às obrigações ali previstas, especialmente quanto à confidencialidade, adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas, comunicação tempestiva de incidentes de segurança, cooperação com o Controlador e eliminação ou devolução dos dados ao término da vigência contratual.

19. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO;

ANEXO II - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - MR;

ANEXO III - TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;

ANEXO IV - ESPECIFICAÇÃO DE POSTOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO;

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA;

ANEXO VI - PREPOSTO;

ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****ANEXO VIII - CLÁUSULAS DE PROTEÇÃO DE DADOS.****1G. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

INTEGRANTES		
Diogo Gonçalves Pecora Integrante Requisitante DSI/CSI - Matr. 800356 diogo.pecora@mprj.mp.br	Ivonaldo Pragner dos Santos Integrante Técnico <u>GBI/CSI - Mat. 8004792</u> <u>ipsantos@mprj.mp.br</u>	Aline Gorni Lyra Integrante Administrativo ACC/CSI - Matr. 5690 aline.lyra@mprj.mp.br Marcelli de Lima Pereira Integrante Administrativo ACC/CSI - Mat. 08001333 marcelli.pereira @mprj.mp.br

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

Marcelli de Lima Pereira
Integrante Administrativo
ACC/CSI - Mat. 8001333
Responsável pela elaboração do Termo de Referência



ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

Os serviços contratados consistirão na prevenção e mitigação de riscos decorrentes de incêndio, pânico e abandono de edificação, devendo ser executados por meio da Brigada de Incêndio, conforme descrito a seguir:

- 1.1. Brigada de Incêndio composta por Bombeiros Civis - BC, nos 34 (trinta e quatro) Postos de Efetivo BPC, com a contratação de 83 (oitenta e três) bombeiros civis, sendo 41 (quarenta e um) diurnos e 41 (quarenta e um) noturnos, além de 01 (um) supervisor de Bombeiros Profissionais Civis;
- 1.2. A CONTRATADA deverá assegurar a disponibilização de profissionais em quantitativo suficiente para atender integralmente aos postos de brigada discriminados no Anexo II - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS NOS POSTOS DE TRABALHO, observando rigorosamente os critérios definidos pela CONTRATANTE e em estrita consonância com a legislação aplicável, de modo a garantir a proteção do patrimônio institucional e a segurança do público circulante nas dependências do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- 1.3. A Contratada deverá, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da celebração do contrato, alocar mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados;
- 1.4. Os serviços serão executados em turnos diurno e noturno, de forma ininterrupta, em regime de 24X07 - vinte e quatro horas por dia, 07 (sete) dias na semana. O turno diurno será cumprido das 07h00min às 19h00min e o noturno das 19h00min às 07h00min;
- 1.5. Os postos de trabalho serão distribuídos em turnos de 12 (doze) horas de trabalho (diurno ou noturno) por 36 (trinta e seis) horas de descanso, num total de 36 horas (trinta e seis) semanais, conforme disposto no artigo 5º da Lei 11.901/2009;



1.6. A CONTRATADA, ao organizar a escala de funcionários por posto, deverá considerar o necessário revezamento de funcionários e os limites normativos atinentes à jornada de trabalho semanal dos Bombeiros Profissionais Civis;

1.7. A atividade de Bombeiro Profissional Civil, nos postos do MPRJ, devem ser consideradas contínuas e não deverão sofrer interrupção de trabalho. A CONTRATADA deverá providenciar aos funcionários a indenização do intervalo intrajornada para alimentação;

1.8. É proibida a prorrogação da jornada de trabalho do profissional em escala, salvo em situações excepcionais justificadas ao Órgão Fiscalizador do contrato;

1.9. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE a escala mensal de turnos até o 5º dia útil do mês antecedente, referente a cada posto identificado no Anexo IV, observado o limite quantitativo previsto na Lei Federal nº 11.901/2009;

1.10. A CONTRATADA deverá providenciar quantitativo suficiente de profissionais para cobrir os 34 (trinta e quatro) postos, atentando para que nenhum Bombeiro Profissional Civil trabalhe semanalmente mais de 36 horas - 03 (três) plantões de 12 (doze) horas - conforme previsão legal, devendo a contratada disponibilizar profissional reserva (TORNANTE) para substituição, em observância ao Anexo IV;

1.11. Os TORNANTES deverão cumprir carga horária de 36 (trinta e seis) horas semanais, conforme previsto na Lei Federal nº 11.901/2009, para a complementação da escala mensal, ressaltando que estes serão alocados nos diversos postos previstos neste termo de referência, evitando a extrapolação da carga horária legal, bem como a incidência de horas extras pelos brigadistas dos postos contratados;

1.12. O CONTRATANTE, no curso da execução do contrato poderá remanejar os postos indicados no Anexo II, caso identifique que melhor atende às necessidades do Ministério Público, respeitadas as limitações legais.

2. Das ações de prevenção:

2.1. A CONTRATADA executará os seguintes serviços voltados à prevenção de incêndio:

2.2. Inspecionar, periodicamente, os equipamentos de proteção contra incêndio e rotas de fuga;

2.3. Avaliar os potenciais riscos existentes nas instalações físicas do MPRJ;



- 2.4. Válvulas de controle do sistema de canalização preventiva e chuveiros automáticos;
- 2.5. Auxiliar no treinamento para evacuação das edificações do CONTRATANTE, executando o PPCI (plano de prevenção contra incêndio e pânico) e observando as normas do CONTRATANTE.
- 2.6. As inspeções nos postos de trabalho deverão ser realizadas, no mínimo, semanalmente, nos postos localizados no município do Rio de Janeiro; quinzenalmente, nos postos localizados nos municípios de Duque de Caxias, São Gonçalo e Niterói; e mensalmente no posto localizado em Campos dos Goytacazes.
- 2.7. Na hipótese de remanejamento de posto de trabalho, conforme previsto neste Termo de Referência, a inspeção deverá ser quinzenal, caso o posto esteja localizado na região metropolitana, e mensal, caso o posto esteja situado no interior do Estado do Rio de Janeiro.
- 2.8. A CONTRATADA deverá elaborar relatório técnico das inspeções realizadas, indicando no relatório, no mínimo:
- Identificação do responsável pela fiscalização;
 - Data, hora e local da inspeção;
 - Indicação do Bombeiro Profissional Civil presente no momento da inspeção;
 - Os itens inspecionados, condições de conservação, necessidade de substituição e eventuais irregularidades.
- 2.9. A CONTRATADA deverá reportar, imediatamente, ao Órgão fiscalizador do contrato irregularidades que reclamem atuação imediata, adotando as providências necessárias para sanar a irregularidade, registrando tudo em livro próprio.

3. Das ações de emergência

- 3.1. A CONTRATADA executará os seguintes serviços voltados à contenção de situações de emergência:
- 3.2. Verificar a transmissão do alarme aos ocupantes das instalações do CONTRATANTE;



3.3. Providenciar a comunicação do Corpo de Bombeiros informando a existência de possível sinistro;

3.4. Combater incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação, onde não haja a necessidade de uso

de equipamentos de proteção individual específicos;

3.5. Atuar no controle de pânico;

3.6. Prestar os primeiros socorros a feridos e vítimas de mal súbito;

3.7. Realizar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais devido a sinistros;

3.8. Auxiliar o Corpo de Bombeiros Militar do RJ - CBMERJ, por ocasião de sua chegada, fornecendo dados gerais sobre o evento, bem como promovendo o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança;

4. Das simulações e treinamentos de prevenção e combate a incêndio, controle de pânico e primeiros socorros

4.1. O corpo de Bombeiros Profissionais Civis da CONTRATADA deve estar tecnicamente habilitado a efetuar, de forma programada e conforme orientações do Órgão fiscalizador do contrato, simulações e treinamentos de prevenção e combate a incêndio, controle do pânico e primeiros socorros, envolvendo os usuários permanentes das edificações e pessoal que preste serviços, de forma transitória ou permanente, nas instalações do CONTRATANTE;

4.2. A simulação/ treinamento realizado pela CONTRATADA compreenderá, além dos exercícios simulados e orientações de procedimentos, a cooperação na realização de palestras e estágios que serão elaborados pelo Órgão fiscalizador, em conformidade com as resoluções do CBMERJ;

4.3. O CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, o programa de simulação/treinamento planejado para o período, a fim de que esta possa organizar o corpo técnico mais habilitado a participar do evento/atividade;

4.4. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do programa de simulação/treinamento, a CONTRATADA deverá indicar, por escrito, a equipe de Bombeiros



Profissionais Civis que participará do evento/atividade;

- 4.5. As simulações e treinamentos realizados deverão constar do relatório mensal elaborado pelo supervisor de área;
- 4.6. A não observância das obrigações e prazos previstos sujeitará a CONTRATADA às sanções

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

administrativas previstas neste Termo de Referência;

5. Do corpo de Bombeiros Profissionais Civis

5.1. O corpo de Bombeiros Profissionais Civis indicados pela CONTRATADA para exercer as atividades nas edificações do MPRJ deverá observar as seguintes obrigações:

5.2. Conduzir-se com urbanidade e educação, tratando todos com respeito, procurando, quando solicitado, atender ao público e aos servidores do CONTRATANTE com atenção e presteza;

5.3. Assumir o posto com todos os materiais e equipamentos necessários para o bom desempenho do trabalho;

5.4. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho, ausentando-se apenas quando autorizado;

5.5. Não interferir em assuntos para os quais não tenha sido convocado;

5.6. Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia, conforme orientações fornecidas pela CONTRATANTE, repassando as informações diariamente ao Órgão fiscalizador;

5.7. Não se ausentar do posto antes da sua rendição, ao final de seu expediente, garantindo a devida cobertura.

5.8. Orientar o funcionário reserva em eventuais substituições sobre todas as restrições existentes no posto;

5.9. Fazer rondas periódicas, no mínimo a cada hora, nos turnos diurno e noturno, na área de sua responsabilidade, verificando se há alguma anormalidade;

5.10. Manter sigilo das informações da área de segurança obtidas em razão do cargo ocupado;

5.11. Cumprir rigorosamente os horários e escalas de serviço, de posse dos equipamentos necessários para o bom desempenho do serviço;

5.12. Abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias aos objetivos avençados em contrato, especial e principalmente durante o horário em que estiver prestando serviços;

5.13. Ao chegar ao posto, receber e passar o serviço, citando todas as situações encontradas,



bem como as ordens e orientações recebidas;

- 5.14. Conferir e passar para o substituto a relação de objetos sob sua guarda;
- 5.15. Comunicar, imediatamente, o desaparecimento de material à chefia, lavrando, posteriormente, a ocorrência por escrito;
- 5.16. Conhecer as missões do posto que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos (HT, telefone, etc.) colocados à sua disposição para serviços;
- 5.17. Não tratar de assuntos de serviço ou outros, de caráter reservado, com pessoas estranhas ou desconhecidas;
- 5.18. Adotar todas as providências necessárias para cumprir as ações de prevenção e de emergência previstas neste Termo de Referência, utilizando e acionando os meios disponíveis;
- 5.19. Somente entrar em áreas reservadas em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- 5.20. Não abordar autoridades ou funcionários de outras áreas para tratar de assuntos particulares ou de serviço;
- 5.21. Ter devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para o serviço;
- 5.22. Procurar, em caso de dificuldade, a orientação do Supervisor de Área ou do Órgão fiscalizador, relatando o problema detectado;
- 5.23. Conhecer todas as instalações do posto em que estiver designado;
- 5.24. Conhecer todas as vias de escape dos prédios, para que as pessoas possam sair rapidamente em situações de emergência;
- 5.25. Fazer o mapeamento dos locais com potencial de risco de incêndio nas edificações do CONTRATANTE;
- 5.26. Manter sempre atualizadas as rotinas de emergência para caso de sinistro;
- 5.27. Conhecer os locais de sistemas preventivos, o princípio de funcionamento e sua operação: sprinkler, CO2, mangueiras, extintores manuais e sobre-rodas, detecção e alarme do posto em que estiver designado;

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 5.28. Participar das inspeções regulares e periódicas nos equipamentos preventivos existentes e nas instalações;
- 5.29. Inspeccionar, periodicamente, o sistema de detecção, alarme e combate a incêndio, verificando a necessidade de recarga e a de substituição dos componentes, relatando a situação, por escrito ao Órgão fiscalizador;
- 5.30. Verificar as condições de operacionalidade dos equipamentos de combate a incêndio e de proteção individual;
- 5.31. Atender imediatamente a qualquer chamado de emergência dentro das dependências do CONTRATANTE;
- 5.32. Controlar o pânico e evacuar o local no menor tempo possível, quando necessário;
- 5.33. Solicitar a interrupção do fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo, quando ocorrer algum sinistro;
- 5.34. Conhecer os locais de alarmes de incêndio e o princípio de acionamento do sistema do posto em que estiver designado;
- 5.35. Conhecer os locais dos pontos de comando de energia elétrica, bem como os registros de água, para que, quando necessário, seja efetuado o desligamento;

6. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

6.1. Dos equipamentos gerais para os postos

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	28	Mosquetão de alumínio assimétrico com rosca
2	14	Freio oito com orelha Resgate em alumínio 40KN
3	14	Cinto cadeira de escalada
4	14	Cintos de segurança tipo Paraquedista com (03) três pontos



		de conexão
5	17	Capacete de segurança para trabalho em altura
6	14	Corda semi-estática para resgate com 50 metros, material poliamida, com 11 mm de diâmetro.
7	17	Calça de aproximação antichama
8	17	Blusão de Aproximação antichama
G	17	Conjunto de respiração autônoma para bombeiro com visor panorâmico e cilindro reserva, com C.A do Ministério do Trabalho e que atende as normas da ABNT (84/168)
10	14	Par de luvas isolantes, borracha de proteção elétrica, classe 0, tensão de uso 1.000 volts;
11	17	Capacete de bombeiro com viseira e protetor de nuca; (83/168)
12	17	Pares de luvas de aproximação do fogo
13	17	Par de botas bombeiro para alta temperatura com resistência a eletricidade e biqueira de aço
14	14	Saco/mochila para armazenamento de corda
15	17	Óculos de proteção individual incolor
16	17	Capas para chuva
17	14	Arco de Serra
18	14	Serra (Conjunto 2 unid)
1G	14	Kit Jogo De Chave De Fenda E Philips Com 6 Peças, sendo 03 unidades de Fenda e 03 unidades de Philips
20	14	Chave de grifo de 18 Polegadas
21	14	Machado arrombador de bombeiro
22	14	Ferramenta de arrombamento tipo Hooligan



23	14	Marreta 5 Quilogramas
24	14	Tesourão corta vergalhão (30 pol)
25	14	Lanterna 18 Leds recarregável
26	8	Armário de ferro com 4 portas
27	9	Armário de ferro com 6 portas
28	14	Caixa Contractor 22" para Ferramentas com Rodas
2G	14	Jogo de Chave Combinada Jogo 10 Peças (06-22mm)
30	14	Ponteiro sextavado com empunhaduras 10 polegadas
31	14	Alicate universal 8 Polegadas
32	14	Escada de alumínio dobrável com 06 (seis) degraus
33	14	Prancha para resgate em polietileno adulto, com tirantes.
34	14	Imobilizador de cabeça para prancha de resgate.
35	14	Kit Colar cervical com 04 medidas (PP, P, M, G)
36	14	Reanimador manual completo (AMBU) (Adulto)
37	14	Reanimador manual completo (AMBU) (infantil)
38	14	Cadeira de rodas dobrável
39	14	Bolsa de regate (primeiros socorros)

6.2. **A distribuição dos armários de ferro deve observar as seguintes diretrizes:**

UNIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	ARMÁRIO 6 PORTAS	ARMÁRIO 4 PORTAS
COMPLEXO SEDE	10	1	1
EDIFÍCIO CASTELO	04	-	1



CIAC	10	1	1
DUQUE DE CAXIAS	04	-	1
SÃO GONÇALO	04	-	1
NITEROI	04	-	1
CAMPOS	06	1	-
ALMOXARIFADO CENTRAL	10	1	1
EDIFÍCIO BAYVIEW	04	-	1
BENFICA	04	-	1
EDIFÍCIO ATLÂNTICO	04	-	1
BANGU	04	-	1
NOVA IGUAÇU	04	-	1
PETRÓPOLIS	06	1	-
TOTAL	80	05	12

6.3. Dos equipamentos de comunicação para os postos de trabalho

ITEM	QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO
1	15	Aparelho celular do tipo smartphone (Processador Core 32Gb, 2GB RAM e Câmera de 8mp/Selfie 5mp)
2	20	Rádio Portátil Motorola EP 450 ou similar com bateria reserva

6.4. Dos sistemas de comunicação e controle de rondas para os postos de trabalho



ITEM	QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO
1	15	Plano de telefonia, com <i>chip</i> vinculado à operadora com cobertura em todo o estado do Rio de Janeiro, pós-pago, com ligação ilimitada e 12GB de pacote de dados.
2	1	Plataforma digital para controle de rondas, com no mínimo 14 (quatorze) licenças.

6.4.1. O aparelho de telefonia móvel disponibilizado pela CONTRATADA deve ser ativado com linha de telefone pertencente à operadora de telefonia com cobertura em todo o Estado do Rio de Janeiro.

6.4.2. Os equipamentos de comunicação devem contar com pacote de dados e características tecnológicas que permitam a instalação de aplicativos de comunicação instantânea por mensagem de texto e voz, *tipo smartphones*.

6.4.3. O custo de utilização do terminal de telefonia móvel e do pacote de dados deve ser considerado no valor estimado pela CONTRATADA para prestação do serviço pois correrá as suas expensas.

6.4.4. O equipamento de comunicação deve ser mantido pela CONTRATADA em estado de perfeito funcionamento, promovendo-se a imediata substituição do aparelho em caso de inoperância.

6.4.5. As baterias dos rádios de comunicação devem ser trocadas sempre que expirado o prazo de validade ou que apresentem defeitos em seu funcionamento.

6.4.6. É de responsabilidade da CONTRATADA a instrução dos Bombeiros Profissionais Civis quanto às normas de utilização dos rádios de comunicação.

6.5. Dos materiais de primeiros socorros para os postos



ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	168	Pacote de Atadura tamanho 30 cm X 1,8 m
02	168	Compressa de Gaze Estéril 7,5 X 7,5, Pct 10 Und
03	56	Rolo de esparadrapos, tamanho 5 cm X 4,5 m
04	28	Soro Fisiológico (500 ml)
05	28	Caixa de luvas, látex não cirúrgica, para procedimento, contendo 100 unidades
06	14	Caixa de máscara cirúrgica tripla camada c/ elástico, branca - caixa c/ 50 unidades
07	14	Tesoura ponta romba - sem ponta com holster
08	14	Torniquete tático
09	14	Bandagem israelense 4 polegadas
10	14	Poket mask (máscara para RCP)
11	14	Manta térmica aluminizada
12	83	Protetor Auricular de Silicone
13	84	Fita zebrada plástica para isolamento em áreas de acidente, nas cores amarela e preta, com 70 mm de largura por 200m de comprimento.
14	112	Livro de ocorrência, capa dura, contendo 100 folhas numeradas
15	14	Kit com 4 Talas para imobilização tipo EVA - tamanhos: PP,P, M, G

7. DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

57



7.1. A CONTRATADA fornecerá, anualmente, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, *kit* com as peças de uniformes completos, relacionadas na tabela abaixo, **de forma individual**, para os Bombeiros Profissionais Civis, diferentes daqueles utilizados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, nas seguintes quantidades:

ITEM	QUANTIDADE - Anual	UNIFORME
1	2	Calça em Brim
2	2	Camiseta em Malha
3	1	Coturno Cano Longo
4	2	Camisa de Manga Comprida em Brim
5	1	Boné
6	2	Cinto de Nylon
7	1	Par de Meias (kit com 2 pares)
8	1	Crachá em PVC

7.2. A CONTRATADA deverá fornecer uniforme, a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do CONTRATANTE, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

7.3. O uniforme fornecido deverá estar em conformidade com a Norma Técnica - CBMERJ, bem como Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

7.4. O uniforme que não atenda às condições mínimas de apresentação e/ou aparente defeitos ou desgastes deverá ser, imediatamente, substituído pela CONTRATADA, sob pena de incorrer nas penalidades constante no capítulo de sanções administrativas

7.5. A CONTRATADA deverá apresentar recibo de entrega dos uniformes devidamente assinados pelos empregados, quando do recebimento, devendo cópia ser entregue ao Órgão fiscalizador do contrato.



7.6. A CONTRATADA não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

7.7. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

7.8. O Bombeiro Profissional Civil da CONTRATADA deverá se apresentar no posto da prestação dos serviços devidamente uniformizados, os postos das unidades administrativas deverão conter os Equipamentos de Proteção Individual e de trabalho abaixo especificados, que serão distribuídos de acordo com a necessidade da CONTRATANTE:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	17	Cinto de Guarnição
2	17	Par de Luvas Pigmentadas de Proteção em Suporte
3	17	Lanterna recarregável 9 LED bivolt
4	17	Bornal tático de perna Socorrista (tamanho mínimo: Largura 20cm X Profundidade 25cm X Altura 25cm

7.9. Os equipamentos fornecidos pela CONTRATADA serão identificados e renovados quando necessário.

8. DA ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

Do preposto de área da CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deverá credenciar, por escrito, junto ao Órgão fiscalizador do contrato, conforme modelo de documento de indicação de preposto, um representante com poderes para tomar qualquer providência relativa ao contrato.

8.2. A indicação do preposto deverá ocorrer na reunião inicial realizada entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, que ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da nota de empenho.

8.3. A alteração de preposto deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias



úteis, observando as mesmas formalidades exigidas quando da indicação inicial.

8.4. A CONTRATADA deverá indicar canais que permitam a pronta comunicação do Órgão

fiscalizador do contrato com o preposto indicado, por mensagem eletrônica e comunicação telefônica.

8.5. O preposto indicado deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, aos relatórios solicitados e a todas as demais questões referentes ao serviço contratado.

Do supervisor de área

8.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar 01 (um) Supervisor de Área, que cumprirá jornada semanal de 36 (trinta e seis) horas, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.901/2009.

A jornada será estruturada no regime de 4 (quatro) plantões de 8 (oito) horas, totalizando 32 (trinta e duas) horas, acrescido de 1 (um) plantão de 4 (quatro) horas, perfazendo o total de 36 (trinta e seis) horas semanais.

O cumprimento da jornada observará a seguinte distribuição:

- Segunda a quinta-feira: das 08h às 17h, com 1 (uma) hora de intervalo intrajornada;
- Sexta-feira: das 08h às 12h.



O regime estabelecido observa o limite legal de 36 (trinta e seis) horas semanais, não havendo extrapolação da carga horária.

8.7. O supervisor de área indicado terá as seguintes atribuições:

8.7.1. Coordenar as atividades dos Bombeiros Profissionais Civis, incluindo a verificação da adequada uniformização das equipes e apresentação individual, inclusive no que diz respeito à higiene pessoal (barba, cabelo, unhas, etc), bem como as necessidades profissionais e administrativas dos colaboradores junto à CONTRATADA.

8.7.2. Conhecer as missões de cada posto de trabalho, de acordo com as orientações do preposto e da fiscalização do CONTRATANTE.

8.7.3. Impedir que os empregados alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais alocados em outros postos, a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço.

8.7.4. Inspecionar, diariamente, os equipamentos utilizados pelos Bombeiros Profissionais Civis.

8.7.5. Acompanhar e fiscalizar o projeto de qualificação continuada da empresa para os Bombeiros Profissionais Civis.

8.7.6. Executar o plano de funcionamento e o desenvolvimento dos programas de treinamento da equipe de Bombeiros Profissionais Civis.

8.7.7. Fiscalizar o cumprimento e o desenvolvimento dos programas de treinamento.

8.7.8. Fiscalizar as condições de funcionamento e identificar a necessidade de substituição de quaisquer equipamentos da relação de composição do posto.

8.7.9. Comunicar, ao Órgão de fiscalização, com prazo de 15 (quinze) dias úteis de antecedência, a necessidade de substituição do material de consumo (primeiros socorros).



- 8.7.10. Providenciar junto à CONTRATADA a substituição, dentro do prazo estabelecido neste Termo, de qualquer equipamento avariado, ferramentas e acessórios necessários à execução das atividades das equipes de Bombeiros Profissionais Civis.
- 8.7.11. Orientar os Bombeiros Profissionais Civis na execução das suas atribuições.
- 8.7.12. Manter controle de inspeções dos equipamentos de proteção contra incêndios para as edificações observando as normas nacionais vigentes.
- 8.7.13. Apresentar planilhas com controle de assiduidade mensal dos funcionários.
- 8.7.14. Informar, imediatamente, ao Órgão fiscalizador a ocorrência de qualquer fato atípico identificado durante as visitas nas unidades administrativas.
- 8.7.15. Apresentar ao Órgão fiscalizador relatório de execução dos serviços realizados pelos Bombeiros Profissionais Civis, em todas as unidades administrativas, com periodicidade mensal.
- 8.7.16. Realizar visitas nas unidades administrativas relacionadas neste Termo de Referência, observando a seguinte periodicidade:
- ❖ Semanalmente, nos postos localizados no Município do Rio de Janeiro;
 - ❖ Quinzenalmente, nos postos dos Municípios de Duque de Caxias, São Gonçalo e Niterói;
 - ❖ Mensalmente, no posto do Município de Campos dos Goytacazes.
- 8.7.17. Na hipótese de remanejamento de posto de trabalho, conforme previsto neste Termo de Referência, a inspeção deverá ser quinzenal, caso o posto esteja localizado na região metropolitana, e mensal, caso o posto esteja situado no interior do Estado do Rio de Janeiro.
- 8.7.18. Apresentar, até 5º dia útil de cada mês, relatório de visita às unidades administrativas do MPRJ com postos de trabalho ativados.

**Da ativação dos postos e substituição dos Bombeiros Profissionais Cíveis**

8.8. A CONTRATADA deverá apresentar ao Órgão fiscalizador do contrato, 05 (cinco) úteis após a reunião inicial do contrato, em formato digital, a listagem dos funcionários que irão desempenhar suas atividades nas edificações do CONTRATANTE, a fim de que seja observado o Plano de Segurança Institucional do *Parquet* fluminense.

8.9. Em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega da listagem indicada no item 7.8, o Órgão fiscalizador do contrato informará à CONTRATADA a aprovação ou não da indicação apresentada, e, no caso de aprovação, o funcionário indicado estará autorizado a integrar a escala de trabalho. No caso de não aprovação de algum funcionário, a CONTRATADA deverá indicar outro em substituição, em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da recusa.

8.10. Após a definição do corpo funcional, a CONTRATADA deverá enviar ao Órgão fiscalizador do contrato comprovante de formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de documento autêntico que ateste a participação em Curso de Formação de Bombeiro Civil, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas pelo CBMERJ.

8.11. Na hipótese de substituição da mão-de-obra utilizada na execução dos serviços, deverá a CONTRATADA observar a mesma disciplina prevista no item 7.8, 7.9 e 7.10, no que tange à indicação da lista dos substitutos e comprovação da habilitação técnica.

8.12. A substituição deverá ser comunicada ao Órgão fiscalizador do contrato com, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis de antecedência, salvo em hipóteses excepcionais devidamente justificadas.

8.13. Em se tratando de substituição injustificada, esta não poderá ultrapassar, no mesmo mês, 25% do efetivo total dedicado ao CONTRATANTE, em razão do impacto que substituições de grande vulto podem causar na dinâmica dos serviços executados, decorrência da necessária passagem de conhecimento quanto à dinâmica dos postos de trabalho, que são acompanhadas pela equipe



de fiscalização do contrato.

8.14. Nos 06 (seis) meses que antecedem o fim do contrato, a CONTRATADA não poderá substituir, injustificadamente, mais que 40% do efetivo total dedicado ao CONTRATANTE, a fim de evitar o esvaziamento de mão de obra que detém conhecimento da rotina de trabalho, em estágio contratual no qual a transmissão de conhecimento possui baixa eficiência e utilidade.

8.15. Em se tratando de substituição justificada, a justificativa deverá ser encaminhada, por escrito, ao Órgão fiscalizador do contrato para apreciação, devendo este se manifestar em até 05 (cinco) dias úteis.

8.16. O profissional substituto deverá ser aprovado pelo Órgão fiscalizador do contrato, em conformidade com o Plano de Segurança Institucional do *Parquet* fluminense, devendo possuir qualificação técnico-profissional igual ou superior ao substituído.

8.17. Comprovada a habilitação técnica mencionada no item 7.10, a CONTRATADA fornecerá,

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

no prazo de até 30 (trinta) dias, todo o material e equipamentos indispensáveis à execução do contrato. Decorrido referido prazo, comprovada a disponibilização, poderão os postos listados no presente Termo de Referência serem ativados.

8.18. O Bombeiro Profissional Civil designado para o turno diurno exercerá suas atividades das 07h00min às 19h00min, devendo chegar ao posto de trabalho com 10 (dez) minutos de antecedência, para evitar atrasados no revezamento de turnos.

8.19. O Bombeiro Profissional Civil designado para o turno noturno exercerá suas atividades das 19h00min às 07h00min, devendo chegar ao posto de trabalho com 15 (quinze) minutos de antecedência para evitar atrasados no revezamento de turnos.

8.20. Na hipótese de atraso superior a 02 (duas) horas ou apresentação sem uniforme e/ou identificação, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata indicação de outro profissional para o posto, devendo o substituto assumir em, no máximo, 01 (uma) hora após sua notificação, sob pena de incorrer nas sanções previstas no capítulo próprio do presente Termo de Referência.

8.21. A substituição tratada no item acima não desobriga a CONTRATADA de observar a mesma qualificação técnico-profissional do profissional substituído, devendo se valer, preferencialmente, de profissional constante de listagem já aprovada pelo Órgão fiscalizador do contrato.

8.22. A CONTRATADA deverá efetuar inspeção nos postos da brigada, sempre que houver necessidade que comprometa a perfeita segurança da edificação, fornecendo a escala programada ao Órgão fiscalizador do contrato.

Do controle de frequência e controle de ronda

8.23. A CONTRATADA zelar pelo controle sobre a assiduidade e pontualidade dos Bombeiros Profissionais Cíveis.

8.24. Em até 15 (quinze) dias úteis após a reunião inicial de execução do contrato, a

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

CONTRATADA deverá instalar nos aparelhos celulares fornecidos, a plataforma digital de controle de frequência e de rondas, a fim de controlar a frequência dos Bombeiros Profissionais Civis.

8.25. O extrato de controle de frequência deverá acompanhar o relatório mensal elaborado pelo supervisor de área.

8.26. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema digital de controle de ronda, consistente em plataforma digital para controle de frequência e de rondas, com no mínimo 11 licenças.

8.27. A CONTRATADA deverá instalar, em locais estratégicos indicados pelo Órgão fiscalizador do contrato, dispositivos que certifiquem que o Bombeiro Profissional Civil passou por aquele ponto, usualmente conhecido como “Ponto de controle - QR Code”.

8.28. O extrato de controle de ronda deverá acompanhar o relatório mensal elaborado pelo supervisor de área.



ANEXO II

IMR – ÍNDICE DE MEDIÇÃO DO OBJETO

1. FINALIDADE:

O presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR) tem como finalidade avaliar, de forma objetiva e sistemática, a execução contratual da empresa prestadora dos serviços de Brigada de Incêndio, com base em parâmetros técnicos e operacionais. O objetivo é garantir a eficiência, a continuidade, a segurança institucional e a conformidade dos serviços prestados ao órgão contratante.

2. PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO:

Critério Avaliado	Indicador de Desempenho	Método de Verificação	%
Disponibilidade Operacional da Equipe	Presença integral do efetivo, pontualidade e substituição imediata	Escalas de serviço, folhas de ponto e registros de presença	35%
Treinamento e Capacitação Contínua	Realização de treinamentos periódicos com participação mínima de 90% do efetivo	Atas de presença, certificados e relatórios de treinamento	20%



Inspecções Preventivas e Relatórios	Cumprimento de cronograma e entrega de relatórios completos	Relatórios assinados pela fiscalização e checklists técnicos	15%
Tempo-Resposta em Simulados e Ocorrências Reais	Atendimento imediato a chamados e desempenho $\geq 85\%$ em simulados	Registros de acionamento, relatórios de simulados e ocorrências	20%
Conformidade Contratual e Administrativa	Entrega tempestiva de documentos, regularidade trabalhista e previdenciária	Protocolos de entrega, certidões e inspecções documentais	10%

3. ESCALA DE AVALIAÇÃO:

Nível de Atendimento	Percentual de Conformidade	Conceito
Excelente	$\geq 95\%$	A
Bom	90% a 94%	B
Regular	80% a 89%	C
Insatisfatório	$< 80\%$	D



4. PERIODICIDADE:

A avaliação será realizada mensalmente, com base na documentação apresentada pela contratada e nas constatações da fiscalização designada, em consonância com o ciclo de faturamento contratual.

5. RESPONSABILIDADE PELA AVALIAÇÃO

A fiscalização do contrato, designada pelo órgão contratante, será responsável pela aplicação deste IMR, devendo emitir relatório circunstanciado com os resultados e os respectivos conceitos atribuídos.

6. CONSEQUÊNCIAS

Resultados com conceito “C” (Regular) por dois meses consecutivos ou três meses alternados dentro de 12 meses poderão ensejar:

- Aplicação das penalidades previstas no contrato;
- Recomendação de substituição de pessoal;
- Encaminhamento à autoridade competente para eventual rescisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. MODELO DE TABELA DE ACOMPANHAMENTO MENSAL

Critério	Peso (%)	Nota (0-100)	Resultado (Nota x Peso)	Observações da Fiscalização
Disponibilidade Operacional da Equipe	35%			

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO**
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Treinamento e Capacitação Contínua	20%			
Inspecções Preventivas e Relatórios	15%			
Tempo-Resposta em Simulados e Ocorrências Reais	20%			
Conformidade Contratual e Administrativa	10%			
IMR Final	100%			



TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

_____, doravante designado simplesmente **TERCEIRIZADO/PRESTADOR DE SERVIÇOS**, inscrito no CPF nº _____, compromete-se, pelo presente termo, a utilizar restritamente dentro do âmbito de suas atribuições e não divulgar sem autorização quaisquer dados pessoais de que tenha conhecimento por força de suas funções perante o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, doravante simplesmente designado MPRJ, respeitando o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), na Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e na Resolução nº 281/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Considerando que:

- I. **dado pessoal** é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- II. **dado pessoal sensível** é o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- III. **dado anonimizado** é o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- IV. **titular** é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- V. **tratamento** é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;



- I. **anonimização** é a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
- II. **consentimento** é a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determi- nada;
- III. **bloqueio** é a suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;
- IV. **eliminação** é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- V. **uso compartilhado de dados** é a comunicação, difusão, transferência internacio- nal, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de da- dos pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competên- cias legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização es- pecífica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

O MPRJ possui acesso privilegiado a diversas informações pessoais - seja por meio físico ou digital - de servidores públicos, jurisdicionados, prestadores de serviços e cidadãos. Em regra, essas informações são necessárias para garantir o efetivo exer- cício das atividades administrativas e de competência constitucional deste Ministério Público.

As informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável - e em especial os dados pessoais sensíveis - requerem proteção especial por razão de lei. Assim, o presente termo é ferramenta necessária para este MPRJ ampliar as medidas já existentes de segurança da informação, a exemplo da Política de Priva- cidade, e aprimorar a proteção dos dados pessoais no âmbito de sua atuação, em especial diante da vigência da Lei nº 13.709/2018.

Neste ato, o Membro/Servidor/Estagiário/Aluno-residente/Terceirizado/Prestador de serviços reconhece que tem acesso a informações pessoais em razão do exercício de suas funções neste MPRJ, inclusive podendo ter acesso a dados pessoais sen- síveis.

O Terceirizado/Prestador de serviços compromete-se a tratar todas as informações pessoais a que tenha acesso por força de suas funções perante o MPRJ com o máximo nível de zelo e assegurar que

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

essas informações não serão divulgadas a terceiros não autorizados - incluindo servidores ou empregados terceirizados que não se encontrem diretamente envolvidos nas atividades específicas.

O Terceirizado/Prestador de serviços assegura que, ao tratar dados pessoais, observará a boa-fé e os princípios elencados na LGPD, quais sejam: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização, e que apenas realizará tratamento de dados pessoais no âmbito de sua área de atuação e para propósitos legítimos, específicos e explícitos - sem possibilidade de tratamento de forma incompatível com as finalidades públicas definidas. Nesse sentido, o Membro/Servidor/Estagiário/Aluno-residente/Terceirizado/Prestador de serviços compromete-se a não guardar cópia ou registro particular de informações pessoais a que teve acesso por força de suas atribuições perante o MPRJ, bem como a restituí-lo, a qualquer momento, por requisição do MPRJ.

O MPRJ compromete-se a adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas para promover a segurança do tratamento de dados pessoais decorrente de suas atividades, seja em trabalho presencial ou remoto.

O Terceirizado/Prestador de serviços compromete-se a informar imediatamente ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do MPRJ acerca de qualquer violação das regras de compromisso e não divulgação relacionadas ao tratamento de dados pessoais que tenham ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

Local: _____

Data: ____/____/____

Nome do Terceirizado/Prestador de serviços

CPF: _____



**MEMÓRIA DE CÁLCULO E DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS
NOS POSTOS DE TRABALHO**

PROMOTORIAS	POSTOS DE TRABALHO		PROFISSIONAIS
UNIDADE ADMINISTRATIVA	DIURNO	NOTURNO	
COMPLEXO SEDE	2	2	8
CIAC	2	2	8
ALMOXARIFADO GERAL	2	2	8
EDIFICIO CASTELO	1	1	4
EDIFICIO ATLANTICA	1	1	4
ED. BAY VIEW	1	1	4
BENFICA	1	1	4
BANGU	1	1	4
DUQUE DE CAXIAS	1	1	4
NOVA IGUAÇU	1	1	4
SÃO GONÇALO	1	1	4
NITEROI	1	1	4
CAMPOS	1	1	4
PETRÓPOLIS	1	1	4
TOTAL	17	17	68
TORNANTES ²	7	7	14
TOTAL BOMBEIROS CIVIS			82
SUPERVISOR DE BOMBEIRO			01
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS			83



1 - Tendo em vista o regime de trabalho do serviço de Bombeiro Profissional civil ser de 12 horas de serviço por 36 horas de descanso, para a efetivação de cada posto de trabalho será necessária a contratação de 02 (dois) profissionais.

2 - Em decorrência da limitação de 36 horas de trabalhos semanais imposta pela lei nº 11.901/09, faz-se necessário o acréscimo de 14 (quatorze) tornantes para cobrir as folgas dos profissionais da escala principal.

3 - Para fiscalização das atividades desenvolvidas pelos Bombeiros Civis, será necessário o emprego de 01 (um) Supervisor de Bombeiros

1. Justificativa da Contratação

A contratação de serviço especializado de brigada de incêndio visa garantir a segurança patrimonial e a integridade física de servidores, membros, colaboradores e visitantes nas unidades do MPRJ. A presença de Bombeiros Civis é essencial para a prevenção e resposta imediata a sinistros, conforme previsto na legislação vigente, especialmente a Lei nº 11.901/2009, que regulamenta a profissão de Bombeiro Civil.

A estrutura física do MPRJ é composta por diversos edifícios administrativos e operacionais, distribuídos em diferentes localidades, com fluxo contínuo de pessoas e bens. A ausência de profissionais capacitados para atuação em situações de emergência representa risco elevado à continuidade dos serviços e à segurança institucional. Assim, a contratação da brigada de incêndio é medida preventiva e estratégica, alinhada às diretrizes de gestão de riscos e proteção institucional.

2. Dimensionamento da Equipe

A definição do quantitativo de profissionais foi realizada com base na análise dos postos de trabalho existentes, considerando os turnos de funcionamento (diurno e noturno), o regime de escala legal (12x36 horas) e a necessidade de cobertura integral das folgas semanais.

Distribuição dos Postos de Trabalho:

- Postos Diurnos: 17
- Postos Noturnos: 17
- Total de Postos: 34

Escala Principal (2 profissionais por posto):

- Diurno: $17 \times 2 = 34$ profissionais
- Noturno: $17 \times 2 = 34$ profissionais
- Subtotal: 68 profissionais



Tornantes (cobertura de folgas):

- Diurno: 7
- Noturno: 7
- Subtotal: 14 profissionais

Supervisor de Bombeiros Civis:

- 01 profissional para fiscalização e coordenação das atividades

Total Geral de Profissionais:

- Bombeiros Civis: 68 (escala principal) + 14 (tornantes) = 82
- Supervisor: 01
- Total: 83 profissionais

3. Considerações Técnicas e Legais

A escala de trabalho adotada respeita o limite de 36 horas semanais previsto na Lei nº 11.901/2009, sendo imprescindível a contratação de tornantes para garantir a continuidade do serviço sem sobrecarga de jornada. A inclusão de um supervisor visa assegurar o controle operacional, a qualidade do serviço prestado e o cumprimento das normas de segurança.

4. Conclusão

A contratação de 83 profissionais para a brigada de incêndio do MPRJ é tecnicamente justificada pela necessidade de cobertura dos postos de trabalho em regime contínuo, pela observância da legislação vigente e pela importância estratégica da prevenção de riscos. O serviço contribuirá diretamente para a proteção das instalações, a segurança das pessoas e a continuidade das atividades institucionais.



DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

(A ser preenchido por funcionário do Ministério Público que acompanhou a vistoria técnica)

Eu, _____,
portador do RG nº.: _____, CPF nº.: _____,
representante da empresa _____, CNPJ
nº.: _____, declaro para fins de participação na contratação
emergencial, cujo objeto é o emprego de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de
brigada de incêndio para execução das atividades de prevenção e combate a princípio de incêndio,
controle do pânico e primeiros socorros, com fornecimento de equipamentos e materiais necessários,
durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, para os imóveis ocupados pelo Ministério Público do
Estado do Rio de Janeiro, vistoriei as áreas onde serão executados os serviços, tomando pleno
conhecimento das condições existentes no local.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

- Nome por extenso do representante legal da empresa:

- Número do RG do representante legal da empresa:

- Número do CPF do representante legal da empresa:

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Eu, _____,
portador do RG nº.: _____, CPF nº.: _____,
matrícula nº.: _____ funcionário do Ministério Público do Estado do Rio de
Janeiro, declaro que acompanhei a vistoria supracitada.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do funcionário do MPRJ

- Nome por extenso do funcionário do MPRJ:

- _____
- Número do RG do funcionário do MPRJ:

- _____
- Número do CPF do funcionário do MPRJ:



DOCUMENTO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO

Declaro, para fins de comprovação junto ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, que estou ciente da minha indicação pela empresa _____, inscrita no cnpj nº (*razão social e CNPJ da organização que indicou o preposto*), para atuar como Preposto, sendo responsável pela adequada execução do objeto deste contrato. Declaro, ainda, que detenho todas as informações necessárias para sua execução.

Afirmo também que o Preposto terá plenos poderes para tomar decisões e solucionar questões relacionadas ao contrato com o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, sendo o representante da Contratada perante a Contratante.

_____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

- Nome por extenso do representante legal da empresa:
- Nome por extenso do preposto:
- Número do RG do preposto:
- Número do CPF do preposto:
- E-mail do preposto:
- Telefone de contato do preposto:



ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Contratante: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	PREÇO POR FUNCIONÁRIO DO POSTO	PREÇO SUBTOTAL MENSAL	PREÇO TOTAL 12 MESES
Bombeiro Civil 12 x 36 - diurno	17	41			
Bombeiro Civil 12 x 36 - noturno	17	41			
Supervisor de Bombeiros	*	01			
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO					

Valor total da proposta por extenso:

Validade da Proposta:	Prazo de entrega do material: (Conforme Termo de Referência).
____/____/____	____/____/____

Dados para pagamento:

Banco:	Agência:	C/Corrente:



MPRJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Carimbo Padronizado de CNPJ:

(Local e Data): _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável pela Empresa: _____

Observações: _____

Vendedor Responsável: _____

Telefone para contato: (____) _____



ANEXO VIII

CLÁUSULA DE PROTEÇÃO DE DADOS

Da Proteção de Dados Pessoais

1. Na execução do presente Contrato, ambas as partes reconhecem que serão realizadas operações de tratamento de dados pessoais, sendo que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (**MPRJ**) atuará como Controlador de dados, definindo os meios e as finalidades do tratamento a ser realizado pelo Operador de dados (**a CONTRATADA**), a quem caberá realizar operações conforme instruções do **MPRJ**.

2. O presente Contrato está inteiramente submetido à Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD”), à Lei n.º 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e ao disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, obrigando-se a **CONTRATADA** a observar todos os seus termos e condições.

3. Para o fiel cumprimento deste Contrato, a **CONTRATADA** expressamente declara, para todos os efeitos legais, que:

- a. Efetuiu o mapeamento de todas as suas operações de tratamento de dados e que nenhum dado pessoal é tratado sem o devido enquadramento em pelo menos uma das hipóteses legais previstas na LGPD;
- b. Nomeou um Encarregado (DPO), o qual está apto a atuar como canal de comunicação com os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

4. A **CONTRATADA** compromete-se, em relação aos dados pessoais coletados, a:

- a. Não os utilizar para propósitos outros que não o exercício das atividades previstas neste contrato;
- b. Não os revelar a terceiros, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam os referidos dados pessoais, salvo em caso de existência de alguma obrigação legal ou judicial;
- c. Restringir o acesso a eles, divulgando-os apenas àqueles funcionários e profissionais que necessitem conhecê-los e na medida necessária à execução de suas tarefas, e desde que tais



funcionários e profissionais estejam expressamente autorizados pelo **MPRJ** a receber tais informações. Caso a **CONTRATADA** necessite divulgar qualquer dado pessoal a terceiro, a **CONTRATADA** deverá, primeiramente, obter a permissão escrita do **MPRJ** para, posteriormente, informar ao terceiro acerca da natureza confidencial e exclusiva das informações;

d. Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do contratante e nos instrumentos contratuais, tais como: (a) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (b) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável, (c) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (d) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;

e. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso.

5. A **CONTRATADA** deverá abster-se de tratar quaisquer dados pessoais sensíveis de forma não compatível com a LGPD, com a Política Geral de Privacidade do MPRJ e/ou outras leis aplicáveis, notadamente dados que revelem origem étnica ou racial, opiniões políticas, convicção religiosa, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou vida sexual, dados genéticos ou biométricos.

6. O **MPRJ** e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da LGPD, bem como com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do **MPRJ**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato e em hipótese



alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades;

c.1. eventualmente, podem as partes convencionar que o **MPRJ** será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d. Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

7. A **CONTRATADA** dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante ao estrito cumprimento da LGPD.

8. O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo. A obrigação da **CONTRATADA** de manter os dados pessoais em absoluto sigilo e confidencialidade permanecerá em pleno vigor e efeito por tempo indeterminado, mesmo após a expiração, rescisão, resilição ou qualquer forma de término da relação contratual, por qualquer motivo.

9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário e Órgãos de controle administrativo;

10. A **CONTRATADA** deve auxiliar no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido.

11. Uma parte deverá informar à outra sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder a qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

12. O Encarregado da **CONTRATADA** manterá contato formal por escrito com o Encarregado do **MPRJ**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento ou suspeita. Referida notificação deverá, no mínimo:

- a. Informar data e hora do incidente;
- b. Informar data e hora da ciência pela contratada;
- c. Descrever a natureza dos dados pessoais afetados, as categorias e o número de titulares dos



dados pessoais em questão;

- d. Fornecer informações sobre os titulares de dados pessoais envolvidos;
- e. Informar as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais;
- f. Comunicar o nome e os detalhes de contato do encarregado ou responsável por proteção de dados pessoais da **CONTRATADA**;
- g. Descrever as prováveis consequências e riscos relacionados ao incidente de segurança;
- h. Descrever as medidas adotadas ou propostas a serem adotadas para solucionar o incidente de segurança; e
- i. Descrever as medidas que foram ou serão tomadas para reverter ou mitigar os efeitos das perdas relacionadas ao incidente de segurança.

12.1. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários ou terceiros autorizados acarretará a imposição de pena de multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, a ser aplicada pela autoridade nacional de proteção de dados, na forma do artigo 52, inc. II, da LGPD.

13. A critério do Encarregado de Dados do **MPRJ**, a **CONTRATADA** poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

14. As partes se comprometem a colaborar em eventual realização de auditoria, onde aquele a ser auditado fornecerá todo o suporte necessário para a realização das análises por parte da equipe de auditoria.

15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo **MPRJ**, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD, estando apta a comprovar ao **MPRJ** essa exclusão de dados, sempre que for solicitada.

16. A **CONTRATADA** isentará o **MPRJ** de qualquer demanda administrativa, judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento das obrigações da **CONTRATADA** no que se refere ao tratamento de dados pessoais, cabendo exclusivamente à **CONTRATADA** ressarcir quaisquer quantias que, eventualmente, o **MPRJ** seja obrigado a desembolsar em decorrência de condenações judiciais, sanções administrativas, multas, compensações, juros, danos e prejuízos em geral, relacionados à proteção de dados pessoais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ter sido interpelada extrajudicialmente pelo **MPRJ**. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme o estabelecido neste contrato, e, também, de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da LGPD.

17. Caso autorizada a subcontratação, a **CONTRATADA** deverá impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual.



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

18. Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e disposições do Contrato original, desde que não conflitem com o disposto neste Instrumento.

19. A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.